

A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: QUESTÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM SALA DE AULA

João Paulo da Silva Barbosa; Tereza Karine dos Rez; Alexandre Martins Joca;

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

joaopaulo08barbosa@hotmail.com

karinehreis@hotmail.com

alexmartinsjoca@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a diversidade na Educação Infantil. Para isso, partimos da compreensão de que a formação humana é tão importante quanto a aquisição de conhecimentos sistematizados inerentes à formação intelectual e que a educação escolar, na perspectiva da inclusão, ou seja, do respeito e da valorização da diversidade humana afeta diretamente o processo de aprendizagem dos sujeitos. Assim, buscamos discutir nesse trabalho a educação escolar sob a ótica da diversidade humana dando ênfase na prática docente como mediação na Educação Infantil, mais especificamente na sala de aula, considerando as políticas afirmativas direcionadas a educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental. Para a concretização deste trabalho utilizamos como base metodológica pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, buscando aportes teóricos em autores progressistas e nos documentos nacionais voltados ao tema abordado. A partir da discussão, concluímos que as crianças que se sentem incluídas têm maiores possibilidades para se desenvolverem cognitivamente, socialmente, moralmente, etc., pois se sentem mais confiantes e capazes, uma vez que a indiferença provoca um sentimento forte de negação e incapacidade. Assim, o contato com as mais diversas expressões culturais tornará a aprendizagem da criança significativa, pois proporciona um processo de ressignificação dos saberes já apreendidos e, desse modo, o trabalho na Educação Infantil não deve continuar restrito ao caráter assistencialista. As brincadeiras, o cuidado e a educação devem ser processos indissociáveis baseados no respeito às diversidades e às diferenças nos primeiros anos de vida. No entanto, essas questões necessitam ainda serem debatidas na formação docente e em sala de aula com mais frequência e intensidade, de modo a potencializar o exercício de práticas pedagógicas libertadoras para as diversidades.

Palavras-chave: Educação, Diversidade, Educação Infantil, Práticas Pedagógicas, Inclusão.

Introdução

Um dos grandes desafios que professore(a)s da Educação Infantil enfrentam cotidianamente é integrar à sua prática docente debates e ações acerca da diversidade e das diferenças humana e culturais¹. Isso, porque, “a cultura universal, ou mesmo a cultura nacional, conviveu com o apagamento de muitas manifestações culturais de grupos minoritários que viviam em seu interior” (MACEDO, 2010). Esse desafio exige do(a)s professore(a)s formação e compreensão ampla sobre a diversidade humana e cultural no sentido de desenvolver práticas pedagógicas de inclusão de aluno(a)s advindos de contextos

¹A cultura é entendida, aqui, como “produção de sentidos em detrimento da noção mais comum de repertório partilhado de sentidos” (MACEDO, 2010).

sociais diversos em mesma sala de aula, considerando e valorizando suas diferenças e peculiaridades.

Assim, Lopes (2009) nos leva a refletir que o ato de incluir todos os sujeitos em um mesmo espaço, nesse caso a sala de aula, respeitando a diversidade, exige do mediador não apenas o reconhecimento das diferenças, mas a construção de novas metodologias que não visam apenas a sistematização do conteúdo curricular, mas que também oportunizem situações de acolhimento, interação e respeito para com o outro.

Dessa forma, compreendemos que a formação humana é tão importante quanto a aquisição de conhecimentos curriculares. Assim, a escola, enquanto instituição educacional e o(a) professor(a), enquanto educador(a) mediador(a), não podem negar-se a esse papel importante que assumem na construção de sujeitos humanos e dotados de conhecimentos. Nessa perspectiva, Metzner, Ferreira e Siqueira (2012) afirmam que ações acerca da diversidade são determinantes para a melhoria na qualidade do ensino no ciclo educacional infantil brasileiro.

A partir disso, para desenvolvermos esse texto buscamos elaborar questões norteadoras considerando as dúvidas pessoais advindas de práticas empíricas dos próprios autores e os questionamentos oriundos das leituras realizadas para fundamentação deste trabalho, considerados relevantes para uma exposição explícita e objetiva do tema abordado. Dessa maneira, o seu ponto de partida foram as seguintes indagações: como trabalhar a diversidade na Educação Infantil? Quais as formas possíveis de enfrentamento de preconceitos e discriminações existentes no espaço escolar? Como o(a) docente(a) deve posicionar-se diante das múltiplas diferenças existente no âmbito da sala de aula? Quais são as políticas inclusivas educacionais acerca da diversidade no contexto infantil?

Cientes de que no escopo desse texto não será possível responder às indagações acima, daremos ênfase a reflexões acerca das possíveis ações mediadas pelo(a) professor(a) no contexto da diversidade existente na sala de aula, considerando as políticas afirmativas asseguradas por lei nos documentos nacionais voltados para a Educação Infantil.

Utilizamos uma base metodológica constituída por pesquisas bibliográfica de natureza exploratória e buscando, também, suporte em documentos oficiais da educação brasileira, como: O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (2012), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (2010) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (1998).

Consideramos relevante destacar que este texto não tem como objetivo apresentar respostas prontas, mas levar o(a) leitor(a) a refletir sobre suas práticas sociais enquanto profissional da educação, com foco na docência, para que sua ação pedagógica seja pensada, avaliada, e ressignificada, possibilitando que seja desconstruída a caracterização do(a) aluno(a) ideal, pois “no universo escolar a diversidade de crianças convive com as exigências de um modelo idealizado de aluno para um modelo de currículo também idealizado (LOPES, 2009).

2. Heterogeneidade na sala de aula

Assim como em qualquer espaço que contenha grupos de pessoas, a escola e a sala de aula são caracterizadas por uma vasta heterogeneidade de sujeitos das mais diversas culturas, religiões, etnias, classes sociais, gênero, entre outras. No entanto, o espaço escola

Replica, em seu interior, efeitos e relações do contexto mais amplo em que a escola se situa. E esses fatores externos à escola precisam ser articulados com suas características e relações internas (...) para além disso, com toda instituição social moderna, a escola opera nos limites de um movimento paradoxal, qual seja: ela diferencia e hierarquiza e, ao mesmo tempo, objetiva a uniformização dos indivíduos que a compõem (MEYER, 2007, p. 14-15).

Tais processos de diferenciações e uniformizações ocorrem desde a Educação Infantil, nas brincadeiras, nos jogos, nas histórias infantis, no brinquedos, etc.. Esse texto, busca problematizar essas práticas, com ênfase no papel do(a) docente. Defendemos, aqui, que cada sujeito deve ser visto em sua particularidade e é função da escola e do(a) docente, valorizar as peculiaridades de cada aluno(a) e mediar uma relação de respeito às diferenças e diversidades. Assim, na sala de aula, o(a) docente assume total responsabilidade de mediar uma relação recíproca de respeito, comunicação e acolhimento entre o(a)s aluno(a)s. Dedicando-se para colaborar de forma significativa na construção da identidade de sujeitos humanos capazes de respeitar e acolher as diferenças.

Nessa perspectiva, o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 31) decreta que:

[...] cabe ao professor propiciar situações de conversa, brincadeiras ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e a auto-estima.

A ideia de trabalhar a diversidade na sala de aula está, na sua maioria, restrita as datas comemorativas - Dia do Índio, Dia da Consciência Negra, Dia Internacional da Mulher e etc., além de outras datas que são simplesmente ocultadas -. No entanto, a diversidade e as diferenças de cada criança não se manifestam somente no âmbito do “programado” (JOCA, 2008)², elas ocorrem cotidianamente, dessa maneira, o conflito entre realidade e prática escolar se mostram como um desafio à escola e a educadore(a)s. Para Joca (2008, p. 92) é no acaso³ que

Os conflitos ocorridos no espaço escolar ultrapassam as questões educacionais relacionadas ao ensino-aprendizagem de conteúdos inerentes à formação intelectual, pois os fatores externos, sócio-econômicos e culturais, existentes além dos muros da escola, estão constantemente presentes em situações formais e/ou informais, através do programado e do acaso, nas inter-relações estabelecidas entre educadores/as, educadores/as e jovens educandos/as e entre os/as jovens em formação.

O mesmo podemos atribuir à formação das crianças, pois a informalidade no espaço escolar, “o caso”, como prefere o autor, também está presente na educação infantil, exigindo do(a) docente um posicionamento, uma mediação, muitas vezes, não programada.

Não podemos limitar esse trabalho apenas ao suporte do material didático, pois este não é suficiente para superar esse obstáculo. É necessário também o suporte formativo, no que se refere a qualificação profissional, pois apenas os materiais concretos como livros, textos, jogos, vídeos, etc., não serão suficientes para uma mediação significativa ao respeito às diferenças. Esses referidos materiais só serão relevantes se forem usados com intencionalidade e propriedade, pois toda ação educativa deve ser intencional.

Nesse sentido, estamos nos referindo ao saber fazer docente, ao modo como irá integrar tais recursos com a vivência real dos acontecimentos individuais de cada escola sejam eles de acolhimento e respeito ou de segregação e preconceito. Buscando sempre o bem-estar

² O programado é entendido como “ações ou atividades educativas previamente programadas a serem desenvolvidas pela escola no processo de ensino-aprendizagem dos/as jovens estudantes. Tais atividades estão de acordo com o que se espera da instituição escolar em relação à formação do/a cidadão/as. São ações educativas com espaços, temáticas, metodologias e tempos previamente definidos e planejados por seus educadores/as. Tais ações compõem o calendário vivido no cotidiano escolar. Assim, conforme somos sabedores, a sala de aula, a divisão de conteúdos por disciplina, e os demais espaços de atividades educativas desenvolvidas, como festas culturais, trabalhos expositivos, entre outros, seguem um calendário de acordo com sua programação escolar” (JOCA, 2008, p. 99).

³ Oposto ao programado, o acaso é o acontecimento oriundo da sociabilidade dos sujeitos no espaço escolar. Espontâneo e desprendido de pretensões pedagógicas educacionais, ele é o teatro da vida real, sem roteiro, dirigido pelos saberes adquiridos nas experiências individuais e coletivas de cada ator e atriz. Geralmente, os/as jovens em formação são os protagonistas em cena. (JOCA, 2008, p. 105).

social coletivo e a percepção sensível da realidade, criando, recriando e transformando a sociedade em um caráter positivo.

A partir disso, podemos elencar três fatores que são determinantes nesse processo de mediação, são eles: a formação docente, o domínio dos conhecimentos sistematizados e suas metodologias (ação docente/saber fazer). Esses fatores são imprescindíveis para a ação docente, na perspectiva da educação inclusiva⁴, que oportunizem as crianças a interação, troca de experiências, expressão do seu modo de vida, ou seja, essa valorização das diversidades oportunizando lhes segurança para se desenvolverem nas múltiplas esferas, seja cognitiva, afetiva, moral, social, enfim, no processo de ensino-aprendizagem de forma integral.

Nessa perspectiva, “a pluralidade cultural dos grupos étnicos, sociais ou culturais necessita ser pensada como matéria prima da aprendizagem” (GUSMÃO,2000). Logo, podemos perceber que a diversidade na escola, sob a perspectiva de valorização das diferenças e das culturas possibilita o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade, pois o(a)s aluno(a)s aprendem e constroem conhecimentos por meio da interação, permitindo conhecer novas culturas, histórias, modos de vida, etc. Daí, a relevância de trabalhar a diversidade desde os anos iniciais, pois é nesse período que os sujeitos estão iniciando o processo de construção da identidade, trazendo para a sala de aula uma visão de mundo, inúmeras informações e (pré)conceitos que foram construídos em outros espaços antes do contato com o âmbito escolar.

Imediatamente, podemos perceber que nos primeiros contatos com o mundo, ao sair barriga da mãe, as crianças já são inseridas em meio constituído por estereótipos, no qual a estética possui uma relevância exorbitante, assim, iniciam-se os primeiros contatos com discursos negativos, rotuladores e discriminantes.

Ao serem inseridas no ambiente escolar, o(a) professor(a) terá mais um grande desafio, que será desconstruir estes (pré)conceitos. Mas como se dará essa ação? É possível o docente mediar essa desconstrução sozinho? Não existem receitas prontas, partindo do pressuposto que cada criança é um ser único, constituído por inúmeros elementos de sua realidade. Nessa perspectiva, iremos refletir um pouco sobre as questões que foram levantadas.

Talvez o processo de desconstrução seja o mais complexo no percurso da mediação docente, afinal esses (pré)conceitos já estão internalizados nos sujeitos. Nesse sentido, acreditamos que, *a priori*, é necessário que o(a) docente(a) se despida das teorias

⁴ Sobre educação inclusiva ver: “*Conceitos e práticas para refletir a educação inclusiva*” (LOPES, 2022, 2022). contato@joinbr.com.br

autorrealizadoras, pois estes conceitos prévios sobre algo ou alguém, podem afetar o comportamento do sujeito que foi categorizado. No processo de aprendizagem esses (pré)conceitos podem se tornar responsáveis pelo fracasso e desestímulo do(a) aluno(a) ao não sentir-se incluído ao grupo. Ao sentir-se diferente numa perspectiva negativa, a criança é afetada de forma direta na autoestima, o sujeito sente-se incapaz, incompetente e inepto. Assim, quando trabalhamos o “ser diferente” na perspectiva da diversidade, compreendemos que possui um significado positivo, afinal não existem pessoas iguais.

Devemos combater o senso comum eu tomo a premissa do respeito ao outro sob o argumento de que somos todos iguais. Isso é um enorme equívoco! Ao olhar para o outro a criança irá perceber as diferenças físicas, de crenças, de gênero, de gostos etc.. Assim, o(a) docente deve trabalhar com a perspectiva de que somos todos diferentes seja na cor, no gênero, na classe social, na religião, na cultura, etc., e que devemos respeitar e ser respeitados exatamente por sermos diferentes, por pensarmos, agirmos e acreditarmos de forma diferente do que o outro pensa, age e acredita. Essa mediação respeitosa se dará por meio da interação e do diálogo da sua cultura com as culturas mais diversas. Nessa acepção, as DCNEI (BRASIL, 2010, p. 25-26) afirma que

as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira e... possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade.

Assim, o(a) professor(a) deve mediar esse diálogo entre as culturas e as diferenças com propriedade e competência, olhando para todos sem estereotipar os alunos por não compactuarem da mesma cultura. Metzner, Ferreira e Siqueira (2012) nos leva a refletir que quando o professor decide olhar para todos com igualdade e equidade, ou seja, reconhecendo e valorizando as suas peculiaridades, este estará respeitando as diferenças.

Nas aulas, a mediação sobre diversidade pode ocorrer de inúmeras formas, como estamos refletindo acerca da educação infantil, podemos dá ênfase ao lúdico. Existem inúmeros recursos didáticos pedagógicos lúdicos que podem auxiliar para uma mediação significativa, entre eles podemos citar a contação de história com fantoches dos mais variados (brancos, negros, com deficiência, rico, pobre, etc.), trazer histórias sobre as diversidades que estão presentes na sua realidade, com por exemplo, no contexto escolar, familiar, na igreja que frequenta e na sua própria família, outras formas

seria o teatro, músicas, etc. Porém é preciso que o docente compreenda com competência o objetivo desses recursos, que será valorizar as diferenças, não considerando essas ferramentas como únicas e determinantes.

Nesse sentido, o art. 58 do ECA (BRASIL, 2012, p. 32) assegura que “No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.”

Segundo o ECA (BRASIL, 2012), o Estado tem o dever de assegurar a educação pública a todos e é dever dos pais ou responsáveis estarem cientes do processo pedagógico, participando efetivamente da construção das propostas educacionais, colaborando para o desenvolvimento educacional das crianças. Nesse sentido, podemos compreender que é determinante a parceria entre escola e família, pois ambas instituições ensinam e educam na mesma proporção, assim como a família necessita do apoio da escola para a formação humana e intelectual dos sujeitos, a escola também necessita do apoio do grupo familiar, dando assim um maior significado ao processo educacional da criança.

Assim, entendemos que o processo de escolarização baseado nos conhecimentos sistematizados que o currículo prioriza pouco ou nenhum resultado terá se a prática em sala de aula for baseada na exclusão e no desrespeito aos diferentes, pois o desenvolvimento cognitivo é indissociável do emocional, moral, social e afetivo. Não há educação para cidadania sem respeito, sem união. Será utópico a proposta de uma educação unificante? Acreditamos que não. No entanto, a busca é lenta e trabalhosa, o caminho está cheio de obstáculos e a qualificação está para além da dimensão prática, mas necessita de formação humana, tanto dos profissionais já atuante que por vezes não sabem como lidar em situações de discriminação na escola, quanto dos alunos acadêmicos que buscam formação para serem educadores numa perspectiva emancipadora.

3. O(A) docente(a) da educação infantil

Ao pensarmos em como trabalhar a diversidade na educação infantil, é interessante discutirmos sobre como se constitui o perfil do profissional que irá fazer a mediação em sala de aula. Para Freire (2005) impõe à prática docente, a disponibilidade às diferenças, “à experiência de lidar, sem medo, sem preconceito, com as diferenças”, a estar, nas palavras do autor, “de braços abertos”, no sentido de construir, permanentemente, o seu perfil. Assim,

refletiremos então diretamente acerca da formação inicial deste profissional.

Sabemos que o espaço na sala de aula deve ser assumido, a princípio, pelo(a) professor(a) formado(a) em Pedagogia, pois este(a) apropria-se de um embasamento teórico, no seu processo de formação inicial, voltado para educação, cultura, gênero e inclusão, enfim, uma formação que reflete acerca da diversidade. Dessa forma, o(a) Pedagogo(a) tem maiores possibilidades para fazer uma mediação educacional com competência e qualidade, para que assim o(a) aluno(a) se desenvolva em suas múltiplas especificidades. Porém, ainda é alto o número de pessoas que atuam nessa área e não possuem nenhuma formação específica que aborde essas questões. Outra parcela possui formação mínima que seria o magistério na modalidade normal.

Comprendemos assim, que uma formação ainda insuficiente do(a)s professore(a)s, no que diz respeito às questões da diversidade humana, afeta diretamente a qualidade do ensino e as práticas docente do profissional, ou seja, uma formação que não está solidificada em teorias sobre o desenvolvimento infantil considerando as dimensões cognitiva, motora, afetiva, moral, social, etc., enfraquece, fragiliza e fragmenta o processo educacional, em especial aquele que pretende atender ao ideário inclusivo, com base no direito à educação a todos e todas.

Nesse sentido, os RCNEI afirmam que:

Embora não existam informações abrangentes sobre os profissionais que atuam diretamente com as crianças nas creches e pré-escolas do país, vários estudos têm mostrado que muitos destes profissionais ainda não têm formação adequada, recebem remuneração baixa e trabalham sob condições bastante precárias. Se na pré-escola, constata-se, ainda hoje, uma pequena parcela de profissionais considerados leigos, nas creches ainda é significativo o número de profissionais sem formação escolar mínima cuja denominação é variada: berçarista, auxiliar de desenvolvimento infantil, babá, pajem, monitor, recreacionista etc. (BRASIL, 1998, p. 39)

Assim, é exigido do(a)s professore(a)s que desenvolvem ações diretamente com as crianças pequenas uma competência polivalente, ou seja, “ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento.” (BRASIL, 1998, p.39)

Dessa forma, é exigido cada vez mais do(a)s professore(a)s uma maior preparação, uma formação mais abrangente e aprofundada em relação

as mais diversas áreas do conhecimento, pois “o que se esperava dele há algumas décadas não corresponde mais ao que se espera nos dias atuais” (BRASIL, 1998), assim, é preciso que o(a) docente não limite-se apenas a formação inicial, mas que compreenda que o processo de formação é contínuo, por desenvolver uma ação pedagógica com inúmeros sujeitos que contém especificidades únicas e específicas, necessita sempre estar atualizado(a) e informado(a), se desnudando do autoritarismo e revestindo-se de uma ação pedagógica acolhedora.

4. Considerações

Após o que foi discutido, percebemos que durante o desenvolvimento deste trabalho nos foi oportunizado refletir os diversos desafios que a educação libertadora (FREIRE, 1996) apresenta, desafios que precisam ser superados. Dando ênfase, assim, a uma reflexão acerca da prática social e educacional da mediação docente sobre a diversidade no âmbito escolar, mais especificamente na sala de aula. O(A)s educadore(a)s necessitam de uma formação acadêmica e social baseadas em conceitos da própria liberdade, desnudando-se, assim, dos seus (pré)conceitos e autoritarismo atribuídos à prática docente tradicional. É necessário investir na formação de professore(a)s que busque a formação contínua tanto na dimensão profissional quanto humana. Para que sua mediação docente viabilize às crianças o processo de ação/reflexão/ação (FREIRE, 1996) no seu processo formativo, numa dimensão humana e libertadora.

Concluimos também, que essas questões necessitam ser debatidas em sala de aula com mais frequência e intensidade. Precisam ser colocadas em prática, contextualizando a realidade social, cultural e histórica de cada sujeito, respeitando e valorizando as diferenças e as diversidades, a partir do trabalho baseado no princípio da equidade que se concretize na prática e não apenas um discurso.

As crianças que se sentem incluídas têm maiores possibilidades para se desenvolverem cognitivamente, socialmente, moralmente, etc., sentem-se mais confiantes e capazes, pois o olhar indiferente deixa um sentimento forte de negação e incapacidade. Assim, o contato com a sua cultura e com as mais diversas expressões culturais tornará a aprendizagem significativa, pois as crianças darão significados a partir do contexto no qual estão inseridas.

O trabalho na educação infantil não pode continuar restrito ao caráter assistencialista. As brincadeiras, o cuidado e a educação devem ser processos indissociáveis baseados no respeito, pois esses primeiros anos de vida são

determinantes na construção do “eu”. Nesse sentido, propusemos a reflexão sobre a prática educacional baseada na diversidade com foco na educação infantil, prática essa que como vimos é defendida e amparada por Lei, assim, resta a escola garantir a efetivação dessas leis assegurando a integridade física, moral e psicológica das crianças desde a educação infantil.

5. Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. Ed. 9. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, v. 1, 1998.

GUSMÃO, Neusa M. M. **Desafios da Diversidade na Escola**. Revista Mediações, Londrina, v.5, n.2, p.9-28, jul/dez, 2000.

JOCA, Alexandre Martins. **Diversidade Sexual na Escola: um problema posto à mesa**. Dissertação de Mestrado. UFC, 2008.

LOURENÇO, Érika. **Conceitos e práticas para discutir a educação inclusiva** / Érika Lourenço. – Belo Horizonte : Autêntica Editora ; Ouro Preto, MG : UFOP, 2010.

MACEDO, Elizabeth. A cultura e a escola. In: **Marcas da diferença no ensino escolar** / organizador: Richard Miskolci. – São Carlos : EduFSCar, 2010.

MEYER. Dagmar E. Estermann. Introdução – Desigualdades de gênero, raça/etnia e orientação sexual no espaço escolar: conceitos e relações. In: **Respeitando as diferenças no espaço escolar**/ Org. Nielson da Silva Bezerra.____ Recife: Gestos, 2007. p. 164

METZNER, Andreia C. ; FERREIRA, Natércia M.; SIQUEIRA, Aline F. **Trabalhando a diversidade na educação infantil: um novo olhar sobre as diferenças**. 2012.

LOPES, Francisca Rodrigues. **Infância e diversidade: concepções e práticas de Inclusão de crianças “diferentes”**. IX Congresso Nacional de Educação.